

O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

WORK AS FOUNDATION OF THE CONSTRUCTION OF THE SUBJECT AND ITS RELATIONSHIP WITH SOCIAL MOVEMENTS

¹TOMBA, T. C.; ²ALMEIDA, D.

^{1e2}Departamento de Psicologia–Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

RESUMO

Independente da época, o contexto sempre oferecerá contradição e conflito, o que pode contribuir para a construção de sentidos. E ao longo da história, é possível observar alguns movimentos que foram determinantes para estruturação da sociedade que conhecemos hoje, em seus aspectos positivos e negativos. E que foram articulados e iniciados mediante sentimentos de insatisfações, promovendo conflitos e estimulando o enfrentamento diante de situações arbitrárias. Observamos ainda, que não foi através da pacificidade que conquistamos alguns direitos, foi através de luta. O principal objetivo desse estudo é tentar estabelecer um vínculo entre as ideias de subjetividade e trabalho, considerando toda a complexidade inerente às duas noções, além de pensar sobre a questão do mal-estar e os modos de subjetivação contemporâneos, promovendo uma articulação entre essa subjetividade produzida através do trabalho e os movimentos sociais. Ressaltando a impossibilidade de se pensar o sujeito fora do plano social. Este estudo foi feito a partir de um levantamento bibliográfico que inclui artigos, livros e teses sobre o assunto, e a partir de tal levantamento tratamos do contexto histórico e social do trabalho e dos movimentos sociais e o quanto isso pode implicar na construção da subjetividade. Foi realizada uma construção histórica do contexto dos movimentos sociais e de sua influência no ambiente de trabalho, e na subjetividade do indivíduo nos dias atuais. Destacando que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio político e/ou cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Articulando-se com uma proposta de cidadania que não se restringe ao voto, mas na política do cotidiano, buscando uma participação popular na política e em outros âmbitos da vida em sociedade.

Palavras-chave: Trabalho. Subjetividade. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Regardless of the time, the context will always offer contradiction and conflict, which can contribute to the construction of meanings. And throughout history, it is possible to observe some movements that were decisive for structuring the society that we know today, in its positive and negative aspects. And they were articulated and initiated through feelings of dissatisfaction, promoting conflicts and stimulating confrontation in the face of arbitrary situations. We also observed that it was not through the patience that we won some rights, it was through struggle. The main objective of this study is to try to establish a link between the ideas of subjectivity and work, considering all the inherent complexity of the two notions, as well as thinking about the issue of malaise and the contemporary modes of subjectivation, promoting an articulation between this subjectivity produced through work and social movements. Emphasizing the impossibility of thinking the subject outside the social plane. This study was based on a bibliographical survey that includes articles, books and theses on the subject, and from this survey we deal with the historical and social context of work and social movements and how much this can imply in the construction of subjectivity. A historical construction of the context of social movements and their influence on the work environment, and on the subjectivity of the individual in the present day was carried out. Emphasizing that social movements are collective actions of socio-political and / or cultural character that allow different forms of the population to organize and express their demands. Articulating with a proposal of citizenship that is not restricted to voting, but in everyday politics, seeking a popular participation in politics and in other spheres of life in society.

Keywords: Work. Subjectivity. Social Movements.

INTRODUÇÃO

O sujeito humano é um sujeito social, logo, psicologia individual é uma psicologia social, ou seja, o reconhecimento se dá pelo outro, numa dinâmica social promovida pelo ambiente e pelo contexto em questão. E este ser social integra os valores de seu grupo, localiza-se em relação ao outro, o indivíduo é o elo de uma grande corrente. E é através dessa relação com a cultura que desenvolve mecanismos de identificação e projeção, formação de fantasias e vínculos (ENRIQUEZ, 2007).

A especificidade da época, cultural e social, determinam a configuração social e sua estruturação, onde manifestações individuais podem obedecer a configurações sociais. É equivocado pensar o indivíduo sem pensá-lo como sujeito social.

Trataremos esses aspectos com o objetivo de reconhecer a criação e a evolução dos laços sociais, das condições de funcionamento da civilização e seus possíveis destinos, para assim identificar o que aproxima as pessoas e o que as torna tão intolerantes às outras coisas.

Independente da época, o contexto sempre oferecerá contradição e conflito, o que pode contribuir para a construção de sentidos. E ao longo da história, é possível observar alguns movimentos que foram determinantes para estruturação da sociedade que conhecemos hoje, em seus aspectos positivos e negativos. E que foram articulados e iniciados mediante sentimentos de insatisfações, promovendo conflitos e estimulando o enfrentamento diante de situações arbitrárias. Observamos ainda, que não foi através da pacificidade que conquistamos alguns direitos, foi através de luta.

Gaulejac (s/d) aponta algumas definições para o trabalho, entre elas, a etimologia que nos remete à imagem do *tripalium*, um instrumento de tortura composto de três peças, que assimilam o trabalho e o sofrimento com à pena. O dicionário Petit Robert dá como primeira definição: Estado daquele que sofre, que é atormentado. No livro bíblico do Gênesis, quando Adão e Eva são expulsos do Paraíso, evoca-se a exigência, em forma de punição. A dor do parto reservada às mulheres, encontra eco em sofrimento no trabalho para os homens. O trabalho no campo se inscreve em uma relação de submissão à natureza, ritmado pelas estações e os caprichos do tempo. O camponês é possuído pela sua terra mais do que ele a possui, dirá Marx. O trabalho operário evoca a exploração e a alienação do homem acorrentado à máquina e submetido às cadências impostas pelas máquinas que regulam o trabalho à linha de montagem. Os que executam trabalhos administrativos ou de serviços são, eles também, objetos de um controle e de condições de trabalho que exigem uma

submissão à uma hierarquia rígida, enfim, são muitas as imagens do trabalho que remetem à opressão. O trabalho foi então, ao longo dos tempos, associado a ideia de coerção, de obrigação e de servidão, se opondo ao tempo de lazer.

Mas, podemos destacar que os elementos objetivos se misturam aos elementos subjetivos. O trabalho não é somente um modo material de subsistência, mas também um modo de existir subjetivamente.

É um fator de produção criador de riqueza para si e para a sociedade. No registro do fazer é um elemento central para ter os modos de subsistência e aceder à proteção social, no registro do ter é uma das vias para existir e no registro do ser é um meio para se desenvolver e se realizar (GAULEJAC s/d).

Observamos que por muito tempo as reivindicações dos trabalhadores têm se apoiado essencialmente sobre os salários e as condições de trabalho. Entretanto, as organizações sindicais começam a se dar conta que as dimensões subjetivas são também essenciais, que elas são indissociáveis das condições de trabalho e acabam encontrando dificuldades em abordar as questões relacionadas ao domínio psicológico, íntimo e pessoal (GAULEJAC s/d).

O trabalho tem então faces opostas. De um lado ele é um elemento de construção de si como sujeito, ele traz sentido e elementos objetivos do bem-estar; e de outro, ele pode ser lugar de alienação e opressão, gerando sofrimento e os elementos subjetivos do mal-estar (GAULEJAC s/d).

Desde o século XIX, a relação com o trabalho vem se modificando e justificando se tornar a essência do homem. Desse modo, é fundamental que o trabalho possa permitir ao sujeito expressar plenamente suas contribuições à produção da sociedade (GAULEJAC s/d).

Sendo assim, o principal objetivo desse estudo é tentar estabelecer um vínculo entre as ideias de subjetividade e trabalho, considerando toda a complexidade inerente às duas noções, além de pensar sobre a questão do mal-estar e os modos de subjetivação contemporâneos, promovendo uma articulação entre essa subjetividade produzida através do trabalho e os movimentos sociais. Ressaltando a impossibilidade de se pensar o sujeito fora do plano social.

Para isso, este estudo foi feito a partir de um levantamento bibliográfico que inclui artigos, livros e teses sobre o assunto, e a partir de tal levantamento tratamos do contexto histórico e social do trabalho e dos movimentos sociais e o quanto isso pode implicar na construção da subjetividade. Foi realizada uma construção histórica do

contexto dos movimentos sociais e de sua influência no ambiente de trabalho, e na subjetividade do indivíduo nos dias atuais.

O TRABALHO COMO FUNDAMENTO DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

Sobre o aspecto do “fazer”, trabalhar é produzir, podendo ser definido como um ato, pertencendo ao registro do fazer, da produção concreta de bens e serviços. É um instrumento de mediação essencial à razão do ser no mundo. Podendo ser uma relação de alienação quando ele se reduz ao trabalho servil, e de auto realização quando ele resulta na realização de uma obra. A fabricação de objetos muda a relação com o mundo, contribuindo para a formação da sociedade. Estes objetos vão permitir construir delimitações de vida, e servir de base para o desenvolvimento de uma cultura (GAULEJAC, s/d).

Existem três registros, segundo Gaulejac (s/d), que especificam o valor acordado do trabalho, o registro material, que são submetidos à lógica da utilidade (a que isto serve?), o registro econômico, que são submetidos à lógica da troca (a que ele se remete?), e o registro simbólico que são submetidos à lógica dos signos e de sua significação simbólica (qual é o sentido da atividade?).

O registro do “ter”, no qual trabalhar é satisfazer, é um aspecto essencial do trabalho por tudo que ele permite alcançar como elementos necessários para satisfazerem às nossas necessidades. Ter um emprego, um salário, uma formação, competências, proteção social, direitos, enfim, uma série de elementos necessários para se viver nas sociedades contemporâneas. Seriam suportes (materiais e jurídicos) indispensáveis para se ter uma existência social reconhecida. (GAULEJAC, s/d).

Pierre Bourdieu citado por Gaulejac (s/d), sociólogo francês, afirmará com relação aos capitais que o trabalho não apresenta um lucro apenas porque ele se remete ao dinheiro. O autor diz respeito a muitas outras coisas, entre elas, o status, às relações sociais, às competências, o reconhecimento, bem como os capitais que fundamentam a existência social, que são, o capital econômico, o capital social, o capital cultural e o capital simbólico.

Para Bourdieu, o capital econômico abrange os rendimentos que assumem diferentes formas. O salário é um elemento chave do contrato do trabalho. O indivíduo vende sua força de trabalho em contrapartida a uma remuneração. Os honorários, no caso das atividades liberais, cobrem não somente a remuneração do ato, mas igualmente custos dos cuidados ligados à atividade.

O capital social depende da natureza do emprego exercido. O emprego tornou-se um elemento determinante para se ter uma existência social, um status, um lugar em uma organização, as proteções jurídicas e sociais, uma segurança objetiva e subjetiva. Além disso, a inserção profissional dá acesso às redes sociais, aos coletivos, a um conjunto de relações sociais que são necessárias para desenvolver uma vida social.

O capital cultural se adquire pela aquisição de competências, pelo acesso às informações, à participação cotidiana às atividades que trazem experiência. Uma série de elementos que vem complementar o capital cultural inicial, recebido desde o nascimento, e o capital escolar que se mede pelo ou pelos diplomas obtidos durante o período de escolarização.

O capital simbólico é agregado ao status sócio profissional e ao reconhecimento social do qual ele se beneficia. Certos status são valorizados, enquanto outros são estigmatizados. Certas carreiras profissionais são o sinal do sucesso ou do fracasso, fontes de alegria ou de vergonha, de consideração ou de desvalorização, de respeito ou de exclusão. O reconhecimento depende essencialmente do valor deste capital simbólico que é o fundamento da estima de si e da estima dos outros.

O valor do trabalho tem uma dimensão simbólica que se calcula o cruzamento psíquico, do ponto de vista da estima de si e dos jogos narcísicos, e do social, do ponto de vista do olhar dos outros e do status social agregado à cada profissão.

O trabalho é um vetor da soma destes capitais. Assim quando o perdemos, não perdemos apenas uma fonte de renda, nós somos despossuídos de um conjunto de elementos que lhe são agregados.

Sobre o aspecto do “ser”, trabalhar para existir, esta passagem da possessão à existência se refere ao dinheiro e ao fato de que ele possui a qualidade de tudo comprar e de se apropriar de todos os objetos, o dinheiro é o objeto no qual a possessão é a mais eminente de todas as coisas. É a potência do dinheiro que permite ao indivíduo se atribuir das qualidades daquilo que ele possui. Logo, o que é e o que possui não é simplesmente determinado por sua individualidade. Há uma identificação entre o sujeito e os objetos que ele pode se apropriar a partir de seu dinheiro.

TEORIAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para relacionar os movimentos sociais com o campo do trabalho utilizaremos o termo “território” para denominar uma categoria ressignificada e uma das mais

utilizadas para explicar as ações localizadas, ou seja, cada grupo atua em seu espaço (territorial/geográfico, linguístico, étnico, social, econômico; com seus problemas, interlocutores, políticas e mediações). Sob essa perspectiva, o território torna-se central para os projetos de agregação coletivas, e não mais as ideologias ou correntes de opiniões políticas.

Novos conceitos surgiram para dar suporte às novas ações, como responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, etc. (GOHN, 2003). De forma geral, contemplam-se cinco eixos analíticos nas teorias, são eles:

- Teorias construídas a partir de eixos culturais, com foco no pertencimento dos movimentos, se referem ao processo de construção de identidades, atribuídas ou adquiridas. Criam-se vínculos e as ações são resultados de modos de reflexão, no qual os sujeitos constroem sentidos para suas ações a partir do próprio agir coletivo.
- Teorias focadas no eixo da justiça social, com foco na abstração da justiça (contraposta à realidade do direito) e na luta contra as desigualdades. Destacam as questões do reconhecimento das diferenças e nas questões de redistribuições de direitos como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas.
- Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais, com foco nas formas de que como os movimentos conseguem se estruturar em paralelo/autonomamente à sociedade, de novas relações sociais não orientadas pelo mercado. Nessa teoria, a crítica é contra a ressignificação das lutas emancipatórias pelas políticas públicas, são as cidadanias tuteladas. A debilidade da autonomia em relação às estruturas de poder pode ser justificada por um vínculo histórico entre movimentos sociais e os partidos políticos.
- Teorias pós-coloniais, questiona os impactos do passado no presente, afirmando que um dos grandes problemas sociais contemporâneos é a naturalização da injustiça, a exploração e a pobreza da população, inibindo o desenvolvimento do pensamento crítico.
- Teorias que enfatizam os processos de institucionalização dos movimentos sociais, trata da apropriação dos movimentos pelo estado, pela mídia e/ou partidos políticos, mas também as formas como se organizam. Preocupam-se com os vínculos e redes de sociabilidade das pessoas (GOHN, 2003).

A apropriação de conhecimentos e a experiência são a base da prática política que explica a construção dos projetos, da mesma forma, ela também é gerada a partir dos valores que vão sendo assumidos como básicos do grupo e pelo grupo.

Nesse sentido, Gohn (2003), afirma que não há nada intrínseco ou pré-determinado, as construções são relacionais, ainda que as estruturas existam inicialmente, antes das ações, elas se modificam com as ações.

O movimento social, enquanto dispositivo coletivo, não deve ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural, pois existe um processo de socialização da identidade que vai sendo construída.

Há algumas críticas em relação às articulações teóricas que se baseiam na lógica racional para análise dos movimentos, essas críticas defendem a criação de sistemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais, a solidariedade e o processo de identidade criado (GOHN, 2003).

Para Gohn (2003), as principais críticas desse posicionamento são:

- Antigamente: uma visão funcionalista e engessada de cultura. Atualmente: uma cultura fluída, que vive se alterando, não necessariamente herdada, pode ser construída. A cultura também passa a ser vista como ideologia, e essa visão é amplificada.
- O marxismo ortodoxo como teoria eficaz da realidade, essa ideologia provoca uma falsa percepção da realidade. Pois os novos movimentos sociais discordam de que a ação coletiva necessite agir exclusivamente a nível macro, estrutural, em classes. Tal análise subjuga a política e a cultura ao econômico, ignorando o micro: subjetividades, ação cultural, etc.
- O conceito de sujeito histórico: opressão do homem pelo homem. Antes, pautado apenas na luta de classes e no ideal partidário de luta, esta que era vista como a única maneira de reagir. Os novos movimentos sociais pensam o sujeito difuso não hierarquizado, em conflito com várias opressões e com o próprio acesso ao mundo moderno.
- O papel e a visão da política: colocar a política e a cultura em um registro macro. Os novos movimentos sociais pensam a política como dimensão intrínseca à vida social.

- A ideia de atores sociais: se enfatiza a identidade coletiva criada por grupos e não a identidade social criada por estruturas sociais. Os atores são analisados sob dois aspectos que são, suas ações coletivas e a identidade coletivas criada no processo.

Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio político e/ou cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Articulando-se com uma proposta de cidadania que não se restringe ao voto, mas na política do cotidiano, buscando uma participação popular na política e em outros âmbitos da vida em sociedade (GOHN, 2003).

CONCLUSÃO

A problematização que os movimentos sociais impõem hoje é a retomada da política. Algumas características desses movimentos sociais são a luta contra a globalização, a vigilância sobre a ação do estado, as lutas sobre aspectos da subjetividade e não estar mais à margem do instituído, dos processos decisórios (autonomia política).

Dessa forma, citamos alguns pontos importantes, como a concepção de movimentos sociais que rompem com a lógica da verticalidade do poder, promovendo a construção de relações democráticas, ou seja, o grupo dominado, mesmo que marginalizado, pode influenciar o grupo dominante por meio de ação coletiva e organizada. Os movimentos promovem a construção da democracia real e plena, se democracia atual é representativa, os movimentos trazem ao debate a necessidade de mobilização para promover mudanças na sociedade, demonstrando a importância da pluralidade de agentes e da descentralização da política. Os movimentos provocam mudança social e subjetiva mais ampla do que as que suas causas circunscrevem, pois colocam em questão as dicotomias. Além de, difundir novas ideias e concepções de mundo, ou seja, demonstram na prática, e não somente na teoria, que as identidades e subjetividades não são internas à um indivíduo, mas sim ao fluxo social. Por fim, existem motivações subjetivas para a participação em movimentos sociais, o sentimento de injustiça, a eficiência estratégica da grupalidade, a identidade social, a afetividade, etc (GOHN, 2003).

Destacamos ainda que os movimentos sociais estão retornando à cena e à mídia, através de quatro pontos importantes que são: as lutas de defesas das culturas locais, contra os efeitos devastadores da globalização, e o resgate do caráter e sentido das

coisas públicas. Ao reivindicar ética na política, acaba orientando a atenção da população ao tratamento que está sendo dado à um bem público. Aspectos da subjetividade das pessoas têm encontrados vias de manifestação nos movimentos sociais. Os movimentos construíram um novo entendimento sobre a autonomia, é ter a crítica, mas também a proposta de resolução, é tentar oferecer universalidade às demandas particulares.

REFERÊNCIAS

ENRIQUEZ, E. **As figuras do poder**. Via lettera, São Paulo, v. 1, 2007. Brasil.

GAULEJAC, V. **O trabalho como lugar de construção do sujeito, entre emancipação e alienação**. s/d. Universidade Paris Diderot 7. França.

GOHN, M.G. **Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo**. Unicamp, São Paulo, 2003.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2003.